

Conjunturas nacional e local se entrecruzam a um mês das eleições

A polarização entre PT e PSDB em xeque

O mês de agosto foi marcado pelo acidente que resultou na morte do candidato Eduardo Campos (PSB). Desde então, ocorreu uma mudança significativa no cenário da disputa pela eleição presidencial com impactos importantes para as eleições majoritárias em Minas Gerais. Passado o momento de perplexidade frente à fatalidade, consolidou-se a candidatura de Marina Silva (PSB) à presidência da república.

Entre as principais consequências desse fato está a ocorrência do segundo turno na disputa pelo executivo federal, muito provavelmente entre a presidente Dilma Rousseff (PT) e a ex-senadora Marina Silva. Esse é o desenho que se vislumbra a partir de várias pesquisas de intenção de voto que vêm sendo publicadas.

O crescimento de Marina Silva não constitui uma novidade. Em abril deste ano, ela já aparecia em terceiro lugar nas pesquisas realizadas por diferentes institutos. Outro levantamento apontava, naquele mesmo período, que ela teria 27% dos votos caso fosse candidata. Isso já a colocava à frente de Eduardo Campos (PSB) e de Aécio Neves (PSDB).

Comparada a esses outros dois candidatos, Marina tem o benefício de ser conhecida em todo o país, após obter 20 milhões de votos na disputa presidencial de 2010. Desde então, ela conseguiu manter o apoio dos insatisfeitos com a polaridade formada por PT e PSDB. Nas manifestações que se disseminaram em meados de 2013, dentre os atuais candidatos, ela foi a que menos se desgastou, pois não estava vinculada a nenhum cargo de

governo. Pôde, desse modo, assimilar o discurso contra os partidos e as instituições da política representativa proveniente das ruas, comportando-se como candidata de oposição.

Em se confirmando essa tendência, estaria se encerrando o ciclo de 20 anos de polarização entre PT e PSDB que vinha reduzindo a discussão eleitoral a uma dualidade a um só tempo inquietante e confortável. O lado cômodo de se ter apenas dois partidos que se repetem na disputa é a facilidade (talvez excessiva) com que, no cotidiano, o cidadão pode definir-se favorável a um ou outro lado. Àqueles que não se afinam com nenhum dos dois partidos, resta uma indiferença que se manifestou, nas diversas eleições, por meio de altos percentuais de votos brancos e nulos.

Fenômenos sociais complexos que exigem uma discussão bem mais profunda, a qualidade de decisões políticas essenciais e as ações dos governos, tudo tendia a ser avaliado como bom ou ruim a depender de um posicionamento que, previamente, o cidadão já havia tomado. As redes sociais e a cobertura da imprensa tradicional, por exemplo, se tornaram palco de discussões emocionadas em favor de um ou de outro lado, mas com fundamentação discutível. Esse é um resultado bastante previsível quando um debate se reduz a dois polos, avaliados de modo simplista como representantes ou do bem ou do mal. Eleições em que o partido do governo tem apenas um outro partido de oposição adquirem um caráter plebiscitário, como se o

eleitor estivesse apenas avaliando o mandato atual, posicionando-se a favor ou contra quem está no governo. Em situações tais, quase não se discutem programas de governo.

O conforto produzido por esse modelo mental apressadamente simplificado é ilusório e produz, ao mesmo tempo, um mal-estar quando se deseja compreender o quadro político nacional. Fatos sociais e políticos raramente podem ser decididos de maneira tão simples como se se tratasse apenas de se escolher um lado. Uma mesma decisão pode ser vista de muitos pontos de vista, quando se consideram seus desdobramentos futuros

A disputa pela presidência da República e a suposta “nova política”

Muitas coisas precisam ser agora melhor discutidas. Uma pergunta que se apresenta, como ponto de partida, diz respeito à natureza do discurso que a candidata Marina Silva tem assumido. Considerando suas manifestações públicas nas atividades de campanha, pergunta-se quem e o que ela representa. Essa candidata tem se construído sobre a proposta de uma “nova política”.

A partir do que vem sendo dito pela candidata, pode-se presumir que a “nova política” se caracterizaria por uma forma diferente de se fazerem alianças; por apresentar propostas que priorizem o bem comum, ao invés de um modelo que beneficie interesses de forças e grupos políticos. O combate à corrupção, a honestidade no financiamento de campanhas, a sustentabilidade são concepções que, segundo a candidata, deveriam integrar o nova política.

No entanto, as alianças que vem fazendo, seu plano de governo, seu discurso de campanha e o próprio perfil de seu eleitorado parecem contradizer essa proposta e levantam dúvidas quanto a essa pretensão de representar uma nova prática política.

Pode-se encontrar um exemplo dessas contradições quando se considera a escolha

e seu significado na correlação de forças entre os diferentes grupos da sociedade. Além disso, um mesmo fato pode adquirir matizes diversos quando considerado sob a perspectiva histórica: o sentido que um acontecimento adquire hoje pode oscilar quando se percebe sua relação com outros que o antecederam. Um mesmo ato pode adquirir significados diversos quando projetado sobre distintos fundos ideológicos.

Sob esse ponto de vista, os acontecimentos dos últimos dias desorganizaram uma ordem que predominava na correlação de forças e que – apenas aparentemente – a tornava mais fácil de ser compreendida.

de seu candidato à vice-presidência, cargo ocupado pelo deputado federal gaúcho Beto Albuquerque (PSB). Há quatro mandatos, ele é no Congresso Nacional um defensor dos interesses do agronegócio e do cultivo de cereais transgênicos na agricultura de larga escala. Empresas ligadas a esse setor estão entre seus principais doadores nas duas últimas eleições, como mostra um levantamento publicado por um jornal de circulação nacional. Beto Albuquerque recebeu também doações provenientes da indústria bélica, razão pela qual tem sido tratado na mídia como integrante da “bancada da bala”. Muitas críticas têm sido feitas à chapa, por se considerar que essa união contraria o ideário ecológico e pacifista em torno do qual se ergueu a figura política de Marina Silva.

Contradições na política de alianças não é exclusividade de Marina. A julgar pelos valores apregoados pelos partidos, não se poderia considerar aceitável uma aliança tão ampla como a que se criou em torno da candidatura petista. Apenas o pragmatismo explica o fato de que Michel Temer (PMDB) apareça como vice da candidata Dilma Rousseff (PT), pois há inúmeros aspectos que distinguem o modelo político que ambos dizem defender.

De modo semelhante, as alianças estabelecidas pelo PSDB seguem o mesmo procedimento de priorizar o resultado eleitoral e acertar a distribuição de poderes no exercício do mandato depois da vitória.

Diante disso, pode-se afirmar que as alianças pouco coerentes do ponto de vista das ideologias que cada partido representa é uma característica do modo como se faz política atualmente no país. Não parece haver na prática da candidata do PSB algo que a distinga dos demais e que pudesse justificar sua afirmação de que ela esteja propondo algo novo. Filiando-se a um partido e aceitando as negociações que já vinham sendo feitas por seu antecessor Eduardo Campos, Marina repete o que já está estabelecido no modo de se fazer política no país. Não parece possível qualificar tais procedimentos como novos.

Outro aspecto que torna ambígua essa “nova política” que a candidata Marina diz representar são suas propostas econômicas. Em particular, ela tem sido criticada por haver prometido a independência do Banco Central e a redução do papel desempenhado pelos bancos públicos. Isso significaria menor regulação do Estado nas questões econômicas. Também nesse aspecto é difícil perceber a novidade que Marina pretende representar. Já o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi acusado de fazer uma política econômica voltada para os interesses do mercado financeiro. A política econômica de Luis Inácio Lula da Silva (PT) e de sua sucessora Dilma Rousseff (PT) foi considerada por parte da mídia como continuidade do modelo adotado pelo governo que o precedeu. Vários candidatos de oposição têm criticado Dilma por privilegiar bancos e grandes empresas, ao invés de reforçar os investimentos em políticas públicas de interesse popular. Poder-se-ia perguntar, afinal, qual seria a inovação que justificaria reconhecer como “nova” a proposta de Marina. Seja como for, essa proposta atraiu para ela um amplo apoio dos agentes do sistema financeiro.

Marina tem sido criticada na imprensa também pelo fato de ter, entre os que financiam sua campanha, o apoio de um dos bancos que mais tem se beneficiado e lucrado nos últimos anos, o Banco Itaú S.A.. Isso tem gerado toda sorte de suspeitas entre aqueles que pensam que não é possível conciliar os interesses do mercado financeiro com os interesses da ampla sociedade.

O poder econômico tem sido um elemento importante nestas eleições. O governo petista é considerado por esse setor como excessivamente intervencionista. Tornou-se notícia no mês de agosto o informe dado pelo Banco Santander aos seus correntistas mais abastados de que a recondução da presidente Dilma pioraria a economia do Brasil.

No período que sucedeu à crise econômica mundial, em 2008, os bancos públicos tiveram um papel significativo no Brasil, mantendo a oferta de crédito e levando os bancos privados a fazer o mesmo para se manterem competitivos. Distintos analistas econômicos consideram que essa ação foi um fator de proteção do mercado interno contra os efeitos da crise e que a ampliação do crédito impediu que o país mergulhasse na crise de desemprego que, desde aquela época, vem assolando a Europa.

A menor ingerência do Estado nas relações econômicas é uma bandeira defendida pelo liberalismo há pelo menos dois séculos. Essa concepção foi retomada há algumas décadas pelo chamado neoliberalismo e constitui um ponto importante do modelo econômico defendido, entre outros partidos, pelo PSDB. Inclusive o candidato Aécio Neves (PSDB) declarou em coletiva de imprensa que o plano econômico de Marina Silva (PSB) é um plágio das propostas feitas pelo seu partido. Tal coincidência de pontos de vista entre ambos os partidos que se apresentam como oposição tem suscitado discussão na mídia e nas redes sociais. Há quem considere difícil aceitar como protótipo de uma “nova política” uma candidatura que defenda um

ideário tão antigo, já preconizado por outros que, como o PSDB, fazem parte da ordem atual.

Quanto ao financiamento das campanhas, ainda não está clara a legalidade do uso do avião, em cuja queda morreu o candidato Eduardo Campos. Não se sabe ao certo a quem pertencia a aeronave. Suspeita-se de que ela foi usada ilegalmente, contrariando as leis eleitorais. Sua aquisição pode ter sido feita com recursos de caixa dois.

O PSB e a candidata apresentam explicações que não convencem parte da opinião pública e multiplicam-se as incertezas quanto a sua licitude. O partido vem tentando diversas manobras para desvincular a candidata e as responsabilidades que, na qualidade de vice, ela teria sobre o uso irregular da aeronave. Marina afirma não ter informações sobre a origem do avião. Mesmo que estiver dizendo a verdade, tal ignorância pode comprometer a imagem de lisura e correção que ela pretende ostentar. Seus críticos a acusam de tolerância e omissão – mesmos erros veementemente condenados nos discursos que ela tem feito. Pode-se esperar que essa questão ainda venha à tona ao longo da (provável) campanha de segundo turno.

No entanto, também o candidato Aécio Neves (PSDB) enfrenta a acusação de ter construído, no fim de seu segundo mandato como governador de Minas Gerais, um aeroporto público em terras de sua família. Foram mais de R\$ 13 milhões em verbas públicas aplicadas em terreno privado. Esse fato também segue sem explicação suficiente.

O crescimento de Marina nas pesquisas sugere que o eleitor que vinha expressando desejo de mudança projeta nela seu representante e se caracteriza por alguns aspectos que chamam a atenção. Segundo levantamento feito pelos institutos de pesquisa, cerca de um quinto do eleitorado potencial de Marina se declara evangélico. Nesse segmento, em que predominam os pentecostais, 53% dizem que pretendem votar em Marina.

Fortes críticas têm sido apresentadas, levantando suspeitas de que Marina teria um comportamento fundamentalista diante de questões sociais com apelo moral. Um dia depois de haver lançado seu plano de governo, Marina o corrigiu, no tocante à questão da união homoafetiva. Supostamente essa mudança teria sido motivada pela crítica feita por um líder de sua igreja, expressa em uma rede social. A declaração da candidata de que respeitará a laicidade do Estado não tem sido suficiente para aplacar a reação que esse fato provocou.

É preciso lembrar, contudo, que a finalidade eleitoral com que candidatos fazem acordo com grupos religiosos não é uma novidade no país. Em 2010, a então candidata Dilma Rousseff se comprometeu frente a líderes católicos e evangélicos a não propor, em seu governo, qualquer mudança na legislação sobre o aborto. O posicionamento frente a valores religiosos e morais tem se tornado objeto de ações específicas no *marketing* das campanhas.

Se, num primeiro momento, havia dúvidas quanto à disposição e a capacidade de Marina para honrar as negociações feitas por Eduardo Campos, com vistas a viabilizar a candidatura do PSB, os rumos que as negociações tomaram entre a última semana de agosto e a primeira semana de setembro se encarregaram de dissipá-las. Marina Silva tem feito ou reafirmado acordos que não parecem combinar com os valores que, ao longo de sua trajetória, ela sustentava. Destacam-se sua aproximação com os ruralistas e as alianças pragmáticas feitas, ainda por Eduardo Campos, com o PSDB em alguns estados.

Em particular, deve-se considerar que o próprio Aécio Neves afirma ter feito um acordo com Campos visando ao segundo turno. Chegou-se a aventar, na imprensa, a possibilidade de que Aécio renunciasse a sua candidatura e declarasse apoio a Marina. Por fim, o próprio Aécio se posicionou, afirmando

que isso não ocorreria. No entanto, caso se confirmem as pesquisas e ele não vá para a disputa do segundo turno, é preciso considerar os rumos que serão tomados pelo PSDB. Não é improvável que esse partido convirja para uma aliança em favor de Marina. O presidente do Partido Democratas (DEM) e coordenador geral da campanha de Aécio Neves já declarou a intenção de seu partido de apoiar Marina Silva.

Considerando todos esses aspectos, Marina parece cercada por grupos políticos reconhecidos por seu conservadorismo. Confrontada com esse fato, ela responde que pretende estar acima dos partidos políticos e que pretende reunir “os melhores” existentes em todos os lados. Diz também não ter preconceitos de classe, o que significaria atrair as elites para seu projeto de construir uma sociedade mais justa e menos desigual. Cria-se com isso uma imagem de uma candidata que supera partidarismos ou, em última análise, forma-se um simbolismo de alguém que está acima das diferenças políticas. Continua pouco claro, porém, como a candidata, se eleita, conseguirá anular tantas diferenças e antagonismos.

Marina parece encontrar-se em um dilema. Se honra as negociações anteriores a sua candidatura, perde exatamente aquilo que era ostentado como diferencial e que parece ter sido importante para fazer dela a terceira via em 2010. Se se propõe a revisar tais acordos, perde o apoio dos setores mais conservadores aliados ao PSB e arrisca a perder a

eleição ou a ter um governo de alta instabilidade política, com apoio insuficiente no Congresso.

Parece que o fenômeno que projetou Marina Silva e lhe atribui uma possível vitória eleitoral é devido a uma imagem quase messiânica que projetou nela uma capacidade inovadora, atribuindo-lhe o poder de solucionar os complexos problemas políticos e sociais do país. Até este ponto, sua campanha eleitoral não tem conseguido mostrar a consistência de tal imagem.

Seja como for, pode-se vislumbrar que, no exercício de seu mandato, um presidente não é capaz de alinhar tantas diferenças de concepção de Estado, de economia e de sociedade, abolindo-as por obra de um ato da vontade. Se eleita, Marina terá que fazer acordos, mais numerosos do que aqueles que ela já tem feito. Nesse aspecto, ela se tornaria muito semelhante ao governo do Partido dos Trabalhadores que incluiu em sua política de alianças os quadros associados aos grupos mais conservadores da sociedade brasileira.

Daí a pertinência de se perguntar se, afinal, ela conseguirá implementar um modelo de governo diferente do atual presidencialismo de coalizão que ela critica. Foi essa forma de gerir a coisa pública negociando com os diferentes poderes, representados sobretudo pelos parlamentares e seus partidos políticos, que dominou os governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), de Lula (PT) e de Dilma (PT).

As eleições em Minas Gerais após as mudanças no cenário nacional

O fato de que as pesquisas de intenção de voto confirmam a Aécio Neves o terceiro lugar na disputa pela Presidência da República começa a ter implicações sobre a disputa pelo governo estadual em Minas Gerais. Antes da entrada de Marina Silva no páreo, Aécio Neves tinha razões para acreditar na ocorrência do segundo turno, em que poderia ter me-

lhores condições de confrontar a Presidente Dilma Rousseff a qual busca reeleger-se. O PSDB esperava obter uma larga vantagem sobre a petista aqui no estado. Caso viesse a ganhar também no colégio eleitoral paulista, Aécio poderia ter chances razoáveis.

O mês de agosto começou marcado pelo otimismo tucano, mas essa conjuntura mu-

do drasticamente. A diferença que beneficiava o senador no confronto com a presidente Dilma caiu significativamente nessa nova fase. Ao que parece, parte de seus potenciais eleitores migraram, diminuindo em muito a possibilidade de ele alcançar a supremacia que desejava aqui em Minas. Outro fator que pode ter conduzido a essa mudança é o reforço de campanha feito pelo PT no estado, por entender que a vitória aqui seria estratégica. Uma leitura possível das variações apresentadas pelas diferentes pesquisas estima que, em Minas Gerais, Aécio esteja perdendo votos para Dilma, ao passo que o crescimento de Marina proviria da diminuição do percentual de indecisos.

Alia-se a essa situação nacional o desempenho que Pimenta da Veiga (PSDB), candidato ao governo do estado, vem obtendo nas pesquisas. O PSDB enfrenta, momentaneamente, desvantagens tanto na disputa nacional como na estadual.

A perda no âmbito federal já representaria, para o PSDB, um futuro incerto. Aliar-se ao PSB para compor o eventual governo de Marina Silva seria uma saída possível, mas não resolveria uma crise institucional que parece ameaçar o partido, caso se confirme sua derrota. Pela primeira vez, desde 2002, o PSDB estaria fora da disputa pela Presidência da República. Independentemente dos rumos que decida tomar, é possível que o partido passe por uma revisão e rediscussão de seus projetos, de sua identidade e de suas razões de ser.

No entanto, caso a essa perda no plano nacional se adicione também a do governo estadual, onde o PSDB domina há mais de uma década, essa derrota pode ter implicações sobre o papel de liderança que o senador Aécio Neves desempenha na política mineira. Pode afetar também o seu projeto pessoal de deixar de ser uma liderança regional e transformar-se em um político de projeção nacional. A necessidade de se evitar a todo custo esse fracasso tem levado o PSDB a

um entrincheiramento em Minas Gerais, visando a fortalecer-se para a disputa nas duas frentes. Mudanças na equipe, no discurso e na estratégia de campanha começaram a acontecer nos últimos dias de agosto, com a intervenção direta de Andréia Neves, a irmã do Senador Aécio. Consiste principalmente em concentrar a presença de Aécio no estado, antes diminuída em função de sua campanha nacional.

Um empate técnico foi anunciado, no início de agosto, entre os dois principais candidatos ao governo do estado. No entanto, com os números verificados nas pesquisas do final desse mês, chegou-se a aventar a possibilidade de que Fernando Pimentel (PT) alcançasse a vitória ainda no primeiro turno. Não se pode, contudo, considerar essa situação como definitiva, pois nos primeiros dias de setembro novas pesquisas assinalaram uma retomada do crescimento de Pimenta da Veiga (PSDB). A um mês da votação, não é improvável a ocorrência do segundo turno.

Analistas políticos têm avaliado que os programas eleitorais petistas estão apresentando um conteúdo melhor do que o adversário Pimenta da Veiga (PSDB). Dizem que faltaria ao candidato da situação explorar mais as ações do governo mineiro e reforçar a vinculação de Pimenta com Aécio Neves e Anastasia. Segundo essa leitura, isso explicaria o fato de que o número de indecisos venha diminuindo em favor de Fernando Pimentel (PT). Outros analistas ressaltam falhas ocorridas, sobretudo no governo de Anastasia, que teriam produzido insatisfação com os rumos que o estado de Minas Gerais tomou nos últimos anos.

São hipóteses prováveis, mas não exclusivas, pois tais explicações não põem em relevo os acertos do outro lado. O resultado de uma eleição é um evento construído por múltiplos fatores. Deve-se considerar, por exemplo, que a candidatura de Pimenta da Veiga tem sido atrelada a Aécio Neves. Sua campanha não se propôs a dar suficiente evidência

às ações de Pimenta da Veiga à frente do Município de Belo Horizonte e em outros cargos públicos em que ele atuou. Com isso, a campanha do PSDB tem aprisionado um político que possui uma história pública, reduzindo-o a um preposto de Aécio Neves.

Com a crise da candidatura presidencial deste último, a possibilidade de crescimento de Pimenta fica limitada. Sem poder apegar-se a Aécio, restaria a Pimenta da Veiga apresentar seus projetos para o estado. Representando a situação, porém, ele arca com a tarefa de responder ao eleitor por que suas promessas não foram implementadas antes, ao longo dos últimos 12 anos. Esse é o peso que todo candidato apresentado por quem já está no governo carrega. Quando o governo é bem avaliado, esse lastro se converte em vantagem competitiva, do contrário exerce movimento de arraste.

Fernando Pimentel apresenta uma dependência menor em relação a Dilma ou a Lula. É notável, por exemplo, que – diferentemente de seu adversário principal – nos cavaletes e cartazes de divulgação espalhados nas ruas, Pimentel aparece apenas com candidatos a cargos do legislativo, mas não com Dilma e Lula. Sua campanha focaliza suas realizações como prefeito de Belo Horizonte, cujo mandato se encerrou com altos índices de aprovação. A estratégia adotada por Fernando Pimentel (PT) tem sido confrontar os 12 anos de gestão do PSDB em Minas Gerais (2003-2014). Ele teria a possibilidade de focar seus ataques aos quatro últimos anos, isto é, ao governo de Antonio Anastasia, a exemplo da tática adota por Aécio, no plano federal. Este último tem feito críticas a Dilma, mas poupado o governo Lula.

A atitude de Pimentel contraria uma certa perspectiva de que ele poderia tentar manter a ambiguidade que se construiu no passado, quando esteve ao lado de Aécio na negociação que acabou por conduzir Márcio Lacerda (PSB) à Prefeitura de Belo Horizonte. Pimentel tem assumido sua relação com a Presi-

dente Dilma Rousseff (PT), mas conserva também um certo distanciamento. Seus programas eleitorais no rádio e na televisão têm dado maior visibilidade ao histórico do candidato e a suas realizações à frente da Prefeitura da Capital.

A ocorrência do primeiro debate na televisão entre os candidatos a governador não trouxe novidades. Dele participaram apenas os quatro candidatos, cujos partidos possuem representação parlamentar na Câmara Federal. Com isso, ficaram excluídos os três candidatos minoritários. Predominou a comparação entre o êxito do governo federal petista e a gestão do PSDB em Minas Gerais, entremendo-se as intervenções de Tarcísio Delgado (PSB) que fez um discurso de oposição, mas silenciando o fato de que o governo atual contou com o apoio e a participação de seu partido.

As análises publicadas posteriormente na imprensa chamaram a atenção para o fato de que Pimenta da Veiga parecia não conhecer suficientemente bem as ações de seu partido à frente do governo nos últimos 12 anos. Quanto ao desempenho de Fernando Pimentel, destacou-se o fato de que ele teria se beneficiado por sua experiência na gestão da Prefeitura da Capital e por ter conseguido se comunicar com mais clareza com o eleitor. Na avaliação do debate, contudo, prevaleceu a crítica à polarização entre o local e o federal. A forma como se faz essa comparação em um ambiente de campanha eleitoral parece não contribuir para que o eleitor chegue a uma conclusão que favoreça a escolha de seu candidato.

A um mês da realização do primeiro turno e duas semanas após o início da propaganda em rádio e televisão, Fernando Pimentel detém oito pontos de vantagem sobre seu rival. As táticas do PSDB para superar essa diferença são o reforço de suas bases em Minas. É possível que o foco da campanha do PSDB tenda a apontar os pontos vulneráveis de Pimentel, por seu exercício no Ministério do

Desenvolvimento Econômico, entre 2011 e 2014, ao invés de tentar atingi-lo como ex-prefeito. Este último mês que antecede à realização do primeiro turno deverá mostrar-se a resistência petista às mudanças de tática do adversário vai dar conta de manter Fernando Pimentel na preferência do eleitor.

Outra condição para garantir ao PSDB de Pimenta da Veiga a esperança de haver segundo turno em Minas Gerais seria a possibilidade de que, graças ao crescimento de Ma-

rina Silva (PSB), o seu correligionário candidato ao governo de Minas, Tarcísio Delgado (PSB), também experimentasse algum aumento nas intenções de voto. Ele deveria atingir pelo menos dez pontos percentuais. Assim contribuiria para aumentar a chance de levar o pleito para o segundo turno. Se isso ocorresse, no segundo turno começaria uma nova eleição em que qualquer resultado seria igualmente plausível.

Armadilhas da mídia na cobertura da campanha eleitoral

Desinformação, calúnia e difamação são os maiores pecados da mídia. Assim afirmou o Papa Francisco em uma audiência para profissionais de rádios e televisões católicas, no mês de março. O pontífice exortou os ouvintes para que evitassem os “erros e armadilhas” que afastam os profissionais da informação do “caminho da verdade”, da bondade e da beleza, no qual deve desenvolver-se a comunicação. Quando escolhem maquiagem a beleza e apresentar uma verdade que não existe, os meios de comunicação acabam por oferecer reportagens que não respeitam as pessoas, os valores humanos e o bem comum.

Dos pecados da mídia, a desinformação é o mais grave e perigoso, diz o pontífice. Consiste em “dizer as coisas pela metade, aquilo que é mais conveniente. Assim, aquele que vê televisão ou ouve rádio não pode ter uma opinião porque não possui os elementos necessários”. A verdade dos fatos aparece, nesse caso, mutilada. Valorizam-se, por vezes, aspectos secundários. Faz-se a seleção de aspectos que aos emissores interessa divulgar. Silenciam-se outros conteúdos menos convenientes a seus fins. Deslocam-se as informações de modo que seu sentido se esva-

zia ou adquirem novos, agora modificados, quando não pervertidos. Com a velocidade dos meios de comunicação de massa, uma notícia que vai sendo reiterada começa a ter os efeitos que teria uma verdade, mesmo quando não corresponde aos fatos.

Não obstante, a mídia tem um papel fundamental em uma sociedade democrática, na medida em que exerce seu papel de levar a informação com o detalhamento necessário para que o receptor forme sua opinião e faça seus próprios julgamentos. Se excede essa função e começa a oferecer pré-julgamentos, acaba por induzir o espectador ou o leitor a uma forma de pensamento.

Na cobertura das eleições deste ano, vem se mantendo o mito da imparcialidade. A maior parte dos jornais, revistas, rádios e televisões não informam ao leitor de que os editores defendem uma candidatura ou partido. Mesmo os poucos que o fazem, deveriam separar nitidamente os textos que representam a opinião e aqueles que constituem relatos noticiosos. No entanto, a escolha das palavras, a elaboração das manchetes ou as entrelinhas das notícias não são neutras. A subjetividade nunca está ausente de um texto, mas a mistura intencional do caráter in-

formativo e opinativo em um discurso, com vistas a conduzir o receptor a fazer juízos de valor predefinidos constitui manipulação.

Um grupo de pesquisa ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) criou um *website* intitulado “manchetômetro”, no qual analisa a valência da cobertura das eleições presidenciais realizada por três grandes jornais de circulação nacional e pelo Jornal Nacional, da Rede Globo. O termo valência indica a análise feita pelos pesquisadores quanto ao efeito (positivo, negativo, neutro ou ambivalente) que uma notícia pode ter para um candidato, partido ou mesmo instituição do Estado, como o Congresso Nacional.

Chama a atenção, em primeiro lugar, o número de notícias negativas que predomina nas capas dos jornais e na pauta do telejornal quando se trata de cobertura política. Ao privilegiar apenas os fatos negativos a mídia pode estar prestando um desserviço, principalmente quando o tema não vem acompanhado de uma discussão mais profunda. Reforça-se o senso comum de que política é sinônimo de imoralidade e sujeira. Esse comportamento parcial da mídia pode contribuir, em alguma medida, para o descrédito sofrido pelas instituições democráticas.

Segundo o estudo, prevalecem as notícias de valência negativa para o governo federal e o Partido dos Trabalhadores. No telejornal considerado pelo estudo, apenas 2% das notícias são favoráveis à candidata Dilma Rousseff durante todo o ano de 2014. No que se refere aos candidatos de oposição, predominam, de acordo com os pesquisadores, as menções positivas. Aécio Neves teve nove vezes mais notícias de valência positiva do que a presidente e quatro vezes menos notícias negativas.

O Jornal Nacional adotou uma nova modalidade de entrevista aos candidatos à presidência. A cada edição é dedicado também um minuto para apresentar o dia de cada um dos três candidatos com maior intenção de

voto segundo as pesquisas. No entanto, os candidatos que alcançam percentuais menores desapareceram da cobertura de um dos telejornais de maior audiência no país. Essa é uma forma de poder que a mídia exerce ao estabelecer linhas de visibilidade ou de invisibilidade. À medida que impede aos candidatos que, segundo as pesquisas, são minoritários de aparecerem, acabam por negar-lhes a possibilidade de serem conhecidos e de obterem apoio junto à população.

As entrevistas se caracterizam pela forma incisiva com que os apresentadores abordam aspectos polêmicos que cercam as candidaturas. A mesma postura mantida diante de todos os candidatos parece indicar a imparcialidade do procedimento. No entanto, esse telejornal tem recebido críticas por apresentar perguntas, nessas entrevistas, que já contêm uma resposta e um prejulgamento sobre a situação que está sendo discutida. Os apresentadores também são acusados de tratar como verdade incontestável aquilo que é apenas opinião e objeto de discussão. O próprio formato – em que o entrevistado mal consegue concluir seu raciocínio, pois a todo instante é interrompido pelos apresentadores que introduzem nova questão – tem sido criticado como incapaz de permitir a verticalização do debate.

Outro aspecto importante é que essas entrevistas puseram em debate apenas os problemas e acusações que pairam sobre cada candidato. Focalizando apenas o lado perverso da política, não se cria espaço para a proposição de ideias e a apresentação dos programas que deverão nortear o próximo governo.

Em Minas Gerais, a Rede Globo procurou reproduzir o modelo de entrevistas da edição nacional. Foram entrevistados os candidatos detentores de mais de quatro por cento nas pesquisas. Aos demais foi dedicada uma apresentação sumária e uma entrevista de menor duração. Uma nova edição, no mesmo

formato, está prevista para meados de setembro.

Na mídia impressa mineira, tem prevalecido a opinião politicamente orientada por juízos de valor nas entrelinhas das notícias. A disposição de uma notícia na página, o tamanho dos caracteres empregados, a presença ou não de imagens revelam o valor que se quer dar a um fato, atribuindo-lhe maior ou menor importância. Raramente se encontram notícias contra o governo local. Mesmo

fatos relevantes para o eleitor têm sido veiculados aqui apenas depois de já terem sido anunciados na mídia de circulação nacional. A própria forma como as informações relativas às pesquisas eleitorais tem sido veiculadas pode ser tendenciosa. Os números podem ser mostrados de modo a conduzir o leitor a dar valor a questões parciais e periféricas, sem chamar a atenção para aspectos contraditórios que se podem perceber em uma mesma pesquisa.

Poder econômico nas eleições

Na primeira semana de setembro, encerrou-se o prazo para que partidos e candidatos apresentassem a segunda parte de suas prestações de contas, discriminando os recursos recebidos e os gastos efetuados nas campanhas eleitorais. Os dados foram divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na Internet. Os números aqui apresentados resultam de um estudo feito pelo Estadão Dados em parceria com a Transparência Brasil.

Entre os candidatos à presidência, chama a atenção o fato de que Dilma Rousseff arrecadou um valor de R\$ 123,6 milhões, que corresponde a três vezes mais do que Aécio Neves (R\$ 44,5 milhões). Não há informações ainda das receitas e despesas de Marina Silva, cuja candidatura não estava formalizada junto ao TSE, quando os números foram apurados. O PSB e o comitê de Eduardo Campos arrecadaram R\$ 24 milhões.

O TSE informa que cerca de 15 mil doadores (indivíduos e organizações privadas) contribuíram com pelo menos cem reais. No entanto, são as empresas as principais fontes de recursos. Trinta empresas concentram metade das doações a partidos e candidatos. As maiores doadoras aos três principais candidatos à presidência são responsáveis por 39% dos recursos doados (cerca de R\$ 64

milhões): a Construtora OAS (R\$ 26,1 milhões); o JBS, que detém o frigorífico da marca Friboi e outras empresas, doou R\$ 26 milhões; a Construtora Andrade Gutierrez (R\$ 11,8 milhões).

De acordo com a Transparência Brasil, os valores apresentados nessa prestação de contas parcial já superam o gasto total nos dois turnos da campanha presidencial de 2010, considerando-se a inflação. Isso implica que a eleição de 2014 tende a ser mais cara do que a anterior. Esse movimento crescente vem se concretizando desde 2002. Parte do crescimento que se verifica na eleição atual pode ser devida também à maior eficácia dos meios empregados no controle e à consequente diminuição do caixa dois.

Entre os candidatos a governador, destacam-se Pimenta da Veiga que recebeu R\$ 12,3 milhões e Fernando Pimentel, com R\$ 5,3 milhões. Esses números consideram apenas as doações nas contas da campanha de cada candidato, conforme divulgadas pelo TSE.

Esses números mostram que a principal fonte de financiamento eleitoral no Brasil são as doações feitas por pessoas jurídicas. Existe também o fundo partidário, pelo qual cada partido recebe dos cofres públicos um valor calculado com base em seu desempenho na

eleição anterior. Há também um financiamento indireto, já que os partidos não pagam para veicular suas propagandas em rádio e televisão. No entanto, o horário eleitoral não pode ser considerado “gratuito”, pois o Estado deixa de arrecadar com os impostos que as emissoras deixam de pagar. Elas podem compensar, do imposto de renda devido, oitenta por cento das receitas que teriam com publicidade. Portanto, são os cofres públicos que arcam com o custo da transmissão da propaganda eleitoral. Ela é “gratuita” apenas para os partidos políticos os quais não precisam pagar pelo tempo a que têm direito.

Estima-se que, nas eleições de 2010, o fundo partidário público representou cerca de 20%; as doações por pessoas físicas correspondem a 10%; e as doações feitas por empresas atingem quase 60%. Somadas a outras diversas formas de arrecadação, atingiu-se o total de mais de R\$ 3,6 bilhões angariados na última vez que foram disputados os cargos de presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

Campanhas caras e controle duvidoso das contas eleitorais lançam suspeitas sobre as instituições políticas no Brasil. Pergunta-se o que, afinal, motivaria uma empresa a doar milhões em apoio a um candidato, senão a expectativa de que, durante o mandato, as decisões políticas e administrativas seriam tomadas pelos eleitos de modo a beneficiar seus financiadores. Desse modo, contra os interesses coletivos, privilegiam-se os interesses empresariais.

Muitas críticas são feitas ao controle das contas eleitorais e às formas de acesso que o cidadão tem às prestações de contas. Embora os mecanismos de controle e de exposição das informações venham se aprimorando, organizações que acompanham os dados disponibilizados pelo TSE afirmam que ainda

se encontram inconsistências nos números apresentados por partidos e candidatos. Isso significa que as análises feitas sobre essas contas continuam imprecisas e que, a rigor, não se sabe quanto dinheiro é movimentado por uma eleição no Brasil.

Isso se deve também ao fato de que a Justiça Eleitoral faz aos partidos e candidatos apenas exigências formais, mas não desempenha um papel de fiscalização e demora excessivamente para arbitrar quando se estabelecem conflitos judiciais. Além da atuação burocrática, a Justiça Eleitoral tem se reduzido às campanhas educativas de esclarecimento sobre urnas eletrônicas ou outros procedimentos eleitorais, e de convencimento do eleitor sobre a importância do voto.

Questiona-se também a correção das informações prestadas na declaração de bens pelos candidatos. Percorrendo a listagem de bens apresentada, encontram-se bens cujos valores foram subestimados. Isso pode ser facilmente verificado quando se consideram imóveis declarados com valores abaixo dos de mercado. A divulgação desses dados visa a ampliar a capacidade de fiscalização e controle pelo cidadão. Por isso, a forma como a Justiça Eleitoral controla a veracidade das informações prestadas pelos candidatos e partidos tem sido objeto de críticas.

De acordo com a legislação, o valor de um bem é aquele informado à Receita Federal na declaração do imposto de renda. Outra fonte é o valor do bem para fins de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). No entanto, não é raro que tais valores sejam abaixo do preço real do bem. A divulgação de um dado apenas para cumprir burocraticamente uma prescrição não coopera para se alcançar a transparência e evitar o enriquecimento ilícito com o dinheiro público. O objetivo com o qual se criou essa exigência permanece inalcançado.

98 mil servidores do estado sem concurso público permanecem sob impasse em Minas

O mês de agosto foi marcado por um novo capítulo na discussão da Lei 100, considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em março deste ano. O acórdão da decisão do Supremo foi publicado no início de julho. Diante disso, o governo de Minas anunciou uma mudança na previdência dos trabalhadores que foram contratados em função da referida lei. Servidores que não estão em fase de pré-aposentadoria ou que não tenham sido aprovados em concurso, deveriam deixar o regime estadual de previdência e passariam a ser atendidos pelo INSS.

Desde então, os trabalhadores têm reclamado por não estarem sendo atendidos pela Previdência que teria passado a ser responsável por casos de afastamento do trabalho, auxílio-doença, aposentadoria e pensão. Os usuários do serviço dizem estar encontrando dificuldades para marcarem perícias e seus benefícios têm sido indeferidos. O Estado de Minas Gerais alega não ter base legal para o atendimento e que está fazendo o pagamento de R\$ 40 milhões mensais ao INSS, referente ao recolhimento da parte patronal.

O Supremo Tribunal Federal foi unânime ao considerar inconstitucional a Lei Complementar 100, proposta e sancionada pelo Governo do Estado em 2007, pela qual foram efetivados os servidores públicos sem passarem por concurso. Os números divulgados na imprensa são desconhecidos, mas estima-se que perto de cem mil trabalhadores – a maioria na área de educação – que eram designados e mantinham vínculos de trabalho precários tiveram equiparados os seus direitos aos daqueles que haviam ingressado no serviço público por meio de concurso. A decisão do STF impõe que todos os favorecidos pela

Lei 100 deixem seus cargos imediatamente, a menos que já tenham adquirido direito à aposentadoria. Também não seriam afetados pela decisão da Corte aqueles que já se aposentaram ou que passarem em concurso público no prazo de doze meses.

No final de julho, o governo estadual entrou com uma ação exigindo que o INSS fizesse o atendimento dos servidores. Uma liminar expedida pela Justiça Federal em Minas determinou que o Estado se responsabilize pela proteção previdenciária desses servidores, enquanto eles permanecerem vinculados a administração estadual. Noticiou-se que o governo mineiro não pretende recorrer dessa liminar. Com isso, o atendimento aos servidores volta a ser feito da mesma maneira que se fazia antes da decisão do Supremo, ou seja, pelo Regime Próprio de Previdência de Minas Gerais.

Tentando alcançar uma solução definitiva para o impasse, o deputado federal Rodrigo de Castro (PSDB) apresentou uma proposta de emenda constitucional que pretende tornar efetivos os servidores contratados sem concurso público pela União, pelos Estados, Distrito Federal e municípios. Se for aprovada tal proposta, seriam beneficiados aqueles que foram contratados até cinco anos antes da promulgação da lei, excetuando-se os comissionados ou os cargos de confiança.

Além de forjar uma solução para o impasse criado pelo governo de Minas Gerais, do seu partido, o deputado pretende sanar um problema que ele afirma existir também em outros estados da federação, como Acre e São Paulo. De acordo com a emenda, os cargos se extinguiriam caso seus ocupantes se demitiram ou se aposentassem.

Histórico da Lei 100

A situação afeta cerca de 78 mil trabalhadores que não haviam adquirido ainda o direito à aposentadoria. Envolvem professores, diretores de escola, supervisores, cantineiros, vigilantes e auxiliares de serviços gerais. O problema se instalou a partir de 2007, quando o então governador Aécio Neves efetivou quase cem mil servidores estaduais, sem concurso público, por meio da Lei 100. Anos depois, essa lei foi declarada inconstitucional pelo Supremo em 2014. O estado de Minas Gerais apresentou embargos declaratórios que devem protelar o cumprimento da decisão judicial. Enquanto isso, os servidores permanecem sem uma solução definitiva sobre sua situação.

A origem do problema remonta a 1988, quando a nova Constituição estabeleceu a exigência de concurso para o ingresso no serviço público. O governo mineiro manteve a contratação de servidores com contratos temporários. Ao invés de recolher as contribuições previdenciárias desses trabalhadores e repassá-las ao INSS, manteve o recolhimento para o estado.

O governador Itamar Franco (1999-2003) abriu concurso público para sanar o proble-

ma, mas o resultado foi questionado judicialmente por uma organização que afirmava defender a grande parte dos mais de cem mil trabalhadores que, já atuando no estado por meio de designações, não haviam conseguido ser aprovados no concurso.

Durante os mandatos de Aécio Neves (2003-2010), o governo estadual implantou o “choque de gestão” que retomou o modelo de contratações temporárias. Em 2007, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei Complementar 100, efetivando aproximadamente 98 mil trabalhadores sem concurso público. Uma ação da Procuradoria Geral da República (PGR) recorreu ao Supremo contra essa Lei. A decisão da Corte, que avaliou como inconstitucional a contratação sem concurso, deve levar à demissão de 78 mil pessoas.

Servidores que ocupam cargos para os quais há concurso público em aberto devem ser dispensados até abril de 2015, a menos que sejam aprovados nesse processo seletivo. Para os demais, a demissão deveria ocorrer imediatamente após o julgamento dos embargos, ainda a ser marcado pelo presidente do Supremo.

Recuo da bancada governista na tentativa de privatização da Gasmig

Conforme discutido na edição anterior de *Contextus*, estava em tramitação, na Assembleia Legislativa, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) estadual que visava à privatização da Gasmig. O objetivo alegado pela base governista, que havia apresentado a PEC, seria o de arrecadar o valor necessário para a construção de um gasoduto localizado entre o Triângulo Mineiro e a região metropolitana da Capital.

A PEC 68 – como ficou conhecida a proposta – visava a dispensar desse longo e complexo processo a transação. Os deputados governistas defendiam que a mudança constitucional acontecesse rapidamente para que não houvesse atraso na implantação de uma fábrica de amônia, de propriedade da Petrobrás, na cidade de Uberaba. O gás canalizado seria indispensável para o seu funcionamento. Com isso, o Brasil se tornaria me-

nos dependente da importação de fertilizantes para produzir alimentos, já que 80% de sua necessidade passaria a ser suprida, graças ao incremento do aparato produtivo em Uberaba.

A tramitação da emenda constitucional, no entanto, gerou uma intensa discussão, pois, atualmente, a transferência do controle acionário de uma empresa como a Gasmig só pode ser feita mediante a autorização da Assembleia Legislativa, com o aval de três quintos dos deputados. Mesmo assim, a decisão do Legislativo deve ser ratificada por meio de um referendo popular, pelo qual a população mineira declararia ser favorável à alienação da empresa.

A proposta enfrentou muitas críticas dos movimentos sociais e dos deputados de oposição, pois ela deixaria aberta a possibilidade de que outras empresas estaduais fossem facilmente privatizadas no futuro, sem uma discussão mais profunda na Assembleia Legislativa e na sociedade. Entre os argumentos dos opositores está o fato de que o governo mineiro estava pretendendo aprovar a medida às pressas, sem dar tempo para aprofundar o debate. Além disso, teria havido alternativas mais baratas que poderiam ser implantadas sem a necessidade da venda das ações da Gasmig.

Nesse meio tempo, a Petrobrás vendeu para a Cemig a sua parte nas ações da Gasmig pelo valor de R\$ 600 milhões. Por meio dessa aquisição, a Cemig passou a deter 99,57% do capital da Gasmig. Os restantes

0,43% pertencem à Prefeitura de Belo Horizonte. Com isso, estaria aberto o caminho para a negociação com a espanhola *Gas Natural Fenosa*, interessada em comprar a concessionária mineira de gás.

Como não foi possível submeter a PEC à votação antes do recesso parlamentar do período pré-eleitoral, os deputados governistas pretendiam retomar a questão em outubro. No entanto, em meados de agosto, a proposta foi retirada pelo PSDB da pauta da Assembleia Legislativa. A emenda 68 chegou a ter 32 assinaturas de deputados. Isso significa que ela não alcançou consenso nem mesmo entre os partidos da base aliada do governo estadual, sobretudo pela amplitude do poder com que o Executivo passaria a estar munido. Como não houve nenhuma explicação técnica ou legal que justifique a desistência, parece que a motivação para o recuo pode ter sido o desgaste político assumido pelos governistas que buscam a reeleição.

Até o momento, não foi divulgado nenhum plano alternativo. A fábrica começaria a funcionar em 2017, mas, sem previsão de conseguir de outra forma os recursos necessários, esse prazo teria de ser revisto. Notícias veiculadas na imprensa local dão como certa a venda da Gasmig. Afirma-se que as operações da estatal mineira já estariam sendo monitoradas por auditores da provável compradora, a espanhola Fenosa. Em sendo verdade, será uma mera questão de tempo até que uma nova investida seja feita com vistas à privatização da companhia.

Contextus completa um ano

A presente edição de *Contextus* assinala o primeiro ano da publicação do boletim de análise de conjuntura do Núcleo de Estudos Sóciopolíticos – Nesp – da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Arquidiocese de Belo Horizonte, com o objetivo de

oferecer uma análise da conjuntura, referente à região de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte.

São oferecidos textos analíticos sobre fenômenos sociais, políticos e econômicos locais – ou regionais e nacionais, na medida em

que tais fatos adquiram relevância política local.

Com edições a cada 45 dias, os textos visam a propor uma descrição e uma releitura dos movimentos que se podem identificar como tendências de equilíbrio ou de mudança nas correlações entre forças sociais e políticas em ação na região da Arquidiocese.

Uma análise de conjuntura se presta a lançar luz sobre a variedade dos fatos e eventos cotidianos. Difere, portanto, de um *clipping* ou release de notícias veiculadas na mídia, embora esses sejam importantes instrumentos para a formação da visão mais ampla, necessária à elaboração de uma análise de conjuntura. Nessa linha, há anos o Nesp já presta um serviço com o seu boletim informativo semanal *De olho na política*. *Contextus* pretende complementar essas informações com um outro instrumento que explicita e aprofunde uma certa intencionalidade que, no *clipping* de notícias, já se deixa intuir.

A análise de conjuntura deve se constituir como um estudo pormenorizado de um aspecto social e político, procurando esclarecer suas ramificações e conexões; suas funções dentro de um contexto. Nesse gênero textual, não se prescinde, contudo, de uma análise crítica, metódica, com vistas a perceber, em seus elementos, aquilo que é essencialmente complexo. Trata-se de uma abordagem tão objetiva quanto possível, mas que se assume como interpretação e como uma leitura intencionada a partir de evidências.

Desde sua primeira edição, que já nasce após o conturbado período das manifestações que tomaram o país em meados de 2013, *Contextus* vem procurando provocar em seus leitores uma reflexão sobre os sujeitos – novos ou já conhecidos – que têm ocupado o cenário político na sociedade brasileira.

Aquelas manifestações colocaram em pauta a necessidade de se pensar a identidade e o caráter dos movimentos sociais contemporâneos, com inúmeras questões a serem devidamente analisadas e discutidas. As manifestações também contribuíram para um reposicionamento da reflexão sobre o papel e a capacidade do Estado para lidar com as demandas da sociedade. Essas questões seguem constituindo o pano de fundo dos debates presentes na campanha eleitoral que se encontra em andamento.

De modo especial, ao longo de seu primeiro ano de existência, *Contextus* vem oferecendo um acompanhamento sistemático das disputas eleitorais, que constituem um dos mais importantes eventos políticos desse período.

para a editoria de *Contextus*, o próximo ano rerepresenta, no âmbito da política institucional, a tarefa de continuar o acompanhamento das eleições, a montagem dos novos governos e as diversas políticas públicas por eles implementadas.

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do NESP, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.pucminas.br/nesp | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Cássio Ferreira Borges - RENS

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza

Redator:

Claudemir Francisco Alves